



CURTAS-METRAGENS COMO FERRAMENTA TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SHORT FILMS AS A TECHNOLOGICAL TOOL IN INCLUSIVE EDUCATION

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317814022018073>

Aline Dal Bem Venturini
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
alinedalbem84@hotmail.com

Liziany Muller Medeiros
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
lizianym@hotmail.com

RESUMO

Busca-se a partir de um ensaio teórico exploratório evidenciar o curta- metragem como sendo uma ferramenta tecnológica que está presente nos espaços/tempos da educação, como em uma escola, facilitando o processo de inclusão e adaptação. A inclusão escolar pressupõe para além de direito à vaga em uma instituição de ensino regular. Engloba auxílio no processo de ensino-aprendizagem e o direito do aluno de contar com alternativas pedagógicas diversas, de acordo com suas especificidades, tornando-o assim, sujeito na construção do saber. Para Santana (2010), a evolução das tecnologias vem permitindo em maiores escolas a inclusão de alunos com deficiência nas escolas, facilitando seu processo educacional e visando sua formação integral. Diante disso, acredita-se que a escola ao possibilitar aos alunos condições para produção e interação com ferramentas pedagógicas e tecnológicas permite aos alunos estímulo à criatividade e a afetividade, bem como facilita a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, acolher e conviver com a diversidade. Verifica-se que propiciar experiências com o curta-metragem é uma forma de criar, multiplicar possibilidades, inspirações e pesquisas no processo de aprendizagem, pois são introduzidos elementos da história e linguagem do cinema como facilitadores e libertadores para a imaginação.

Palavras-chave: Curtas-metragens. Inclusão. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

It is sought from an exploratory theoretical essay to highlight the short film as being a technological tool that is present in the spaces / times of education, as in a school, facilitating the process of inclusion and adaptation. Inclusion in school presupposes beyond the right to the vacancy in a regular educational institution. It includes aid in the teaching-learning process and the right of the student to count on different pedagogical alternatives, according to their specifics, making him / her a subject in the construction of knowledge. According to Santana (2010), the evolution of technologies has allowed the inclusion of students with disabilities in schools, facilitating their educational process and aiming at their integral education. Given this, it is believed that the school, by allowing students conditions for production and interaction with pedagogical and technological tools, allows students to stimulate creativity and affectivity, as well as facilitates the constitution of identities capable of withstanding restlessness, welcoming and living with Diversity. It is seen that providing experiences with short films is a way of creating, multiplying possibilities, inspirations and research in the learning



process, because elements of the history and language of cinema are introduced as facilitators and liberators for the imagination.

Keywords: Short- Film. Inclusion. Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

Ao dar destaque à conjuntura atual, momento de revolução da informação e da comunicação, fundamentado em novas tecnologias e em novos modos de viver, pensar, agir e interagir, produzindo um modelo social globalizado, torna-se evidente que tais avanços tecnológicos têm tangenciado, também, o cenário escolar e da educação. Nesse prisma, os avanços tecnológicos acabam proporcionando possibilidades de transformação na interação, ensino e aprendizagem. Entretanto, reconhece-se que a tecnologia somente assume potencial educativo quando os profissionais envolvidos o dominam (CASTELLS, 1999).

Neste sentido, a o sujeito com deficiência é definido como sendo aquela pessoa com deficiência que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2008).

Com a chegada das tecnologias, o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nas práticas de ensino acaba não sendo algo novo. Há algumas décadas, têm-se presenciado a implantação de programas e políticas públicas que objetivam a adoção e a integração de ferramentas no contexto educacional brasileiro (MENDONÇA, 2010).

Desta forma, o que tem se observado, em relação à inserção destas ferramentas nas escolas e instituições, é a preocupação excessiva com aquisição do equipamento e a proliferação de programas com intencionalidades pedagógicas e pouca atenção à formação do professor para seu uso na prática pedagógica. Assim, é notório a relevância de preparar os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para que se sintam habilitados e competentes no domínio do potencial educativo que as tecnologias oferecem.

Ramos (2014) reforça a ideia de que os recursos tecnológicos fazem parte da vida escolar, assim, é preciso que alunos e professores os utilizem de forma correta, e desse modo,



um componente que assume destaque é a formação e atualização de professores, de forma que a tecnologia seja de fato incorporada no currículo escolar, e não vista apenas como um acessório ou aparato. Então, é preciso pensar como incorporá-la no dia a dia da educação de maneira definitiva e considerar a construção de conteúdos inovadores, que usem todo o potencial dessas tecnologias.

Tendo em vista, que o mundo virtual tornou-se necessário ao cotidiano e à vida moderna dependente desse, enfatiza o urgente domínio sobre as tecnologias. Frente a esse contexto, a inserção das tecnologias no contexto escolar traz desafios aos educadores, uma vez que estes acabam por se tornarem os responsáveis pelas implicações que as tecnologias trazem no processo de ensino-aprendizagem. (PEREIRA,2011)

Ainda, acerca das tecnologias, têm-se observado que essas podem demonstrar potencial para inclusão.

A evolução das tecnologias vem permitindo em maiores escalas a inclusão de alunos com deficiência nas escolas, facilitando todo seu processo educacional e visando sua formação integral (SANTANA, 2010).

Cabe salientar, que as tecnologias no campo da educação inclusiva, sujeitam-se à postura do educador. Acredita-se, portanto, que é ele que deve explorar os recursos tecnológicos como facilitadores no processo de aprendizagem e de inclusão escolar acreditando na aprendizagem dos alunos, e escolhendo os recursos tecnológicos mais adequados para sua aplicação educacional (SANTOS 2010).

É nesse contexto que a inclusão implica em uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos nas atividades de sala de aula, visto que a inclusão escolar mostra-se como processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica (MITTLER, 2003). Neste sentido, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum.

De um modo geral, incluir alunos com deficiência em uma escola regular, significa trabalhar a diferença, diversidade e o padrão para uma sociedade inclusiva. O objetivo da



educação inclusiva é beneficiar todos os alunos com deficiência com uma educação em que a escola considere a diversidade de cada um (NEGRINI E FREITAS, 2008).

Nesse ínterim, o uso da TIC mostrar-se como elemento potencial, com vistas a contribuir para o aumento das habilidades por parte dos sujeitos com deficiências, promovendo, assim, a adaptação e inclusão dos mesmos. Desse modo, as (TIC), podem proporcionar autonomia, independência funcional, qualidade de vida, e inclusão social (ZANATTA; TREVISO, 2016). Portanto, podem ser consideradas como ferramentas tecnológicas que a escola pode utilizar para que todos os alunos encontrem condições semelhantes de aprendizagem. Assim, não deve ser considerada como ponto fundamental no processo de ensino e aprendizagem, mas como dispositivo capaz de proporcionar mediação entre o educador, educando e os saberes escolares (SENA, 2011).

Frente à diversidade de ferramentas pedagógico/tecnológicas passíveis de serem encontradas no cenário da TIC, aptas para o cenário escolar, destacam-se os curtas-metragens. Assim sendo, a utilização desses recursos midiáticos em sala de aula tem possibilitado a inovação na prática de ensino e aprendizagem, do mesmo modo que tem viabilizado a circulação de informações de forma atrativa. Para além, tem-se reconhecido tais recursos como possibilidade para o despertar da criatividade à medida que estimula a construção de aprendizagem múltiplas, mostrando-se assim, como grande suporte da educação, pois podem contribuir com o desenvolvimento dos seres humanos em direção da cidadania, compaixão e respeito (DUARTE, 2009).

O presente artigo apresenta um ensaio teórico suscitando reflexões acerca dos curtas-metragens como sendo uma ferramenta tecnológica na educação inclusiva. O objetivo do ensaio é discutir os curtas-metragens em consonância ao uso das tecnologias no processo didático dos alunos com deficiência. Assim, apresenta-se nas próximas seções do artigo reflexões acerca das tecnologias, da inclusão escolar e dos curtas-metragens.

Considera-se que a produção de um vídeo no contexto escolar pode trazer alguns benefícios, como possibilidade dos alunos aprenderem a trabalhar em grupo, desenvolverem o sentido estético e a se expressarem por meio de uma linguagem que incorpora sons e imagens. Diante disso, acredita-se que a escola ao mediar a produção de um curta-metragem estará



permitindo aos alunos estimular a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como, facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, acolher e conviver com a diversidade.

2 INCLUSÃO ESCOLAR

No contexto escolar a inclusão é definida como um movimento inovador, fundamentado na concepção dos direitos humanos que tem como meta principal a valorização das diferenças. Incluir pessoas com deficiência, em um ambiente escolar vai além do entendimento de diferença, diversidade e padrão. De acordo com Negrini e Freitas (2008a), o objetivo da educação inclusiva é aceitar a diferença no contexto escolar e possibilitar seu acesso ao conhecimento.

Ainda, na contemporaneidade percebe-se uma efervescência de discursos referentes à inclusão de pessoas com deficiência, no mundo do trabalho, em escolas regulares, entre outros espaços sociais. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.1) “conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e avança na ideia da equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”.

Nesta perspectiva a sociedade sempre se pautou por um modelo tido como ideal, desse modo, as pessoas que fogem daquele padrão estabelecido são infantilizadas, vistas como sujeitos estranhos, inferiores e que causam medo. Amaral (1998) apresenta a diferença como algo que tentamos esconder. Ao falarmos em diferença, vem à tona a palavra diferente, trazendo consigo a ideia de exclusão na qual se refere a todo e qualquer meio de exclusão social.

Cabe ressaltar que “a escola é um lugar para todos”. Neste pensamento se entende que a escola não é apenas para as pessoas com deficiências. A proposta da educação inclusiva está relacionada a diferentes causas de exclusão do “processo educacional”, como alunos que fracassam na escola ou outros que não tem acesso a ela (CARVALHO,2008).



Além das diferentes etnias, diferenças religiosas e de gênero, a diversidade na sala de aula também se caracteriza pela inclusão da pessoa com deficiência, agora garantida por lei. Em julho de 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146, que institui a inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Seu principal objetivo é “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Entre as formas de aplicação da lei, prevê-se a acessibilidade e as tecnologias assistivas.

A escola é um direito e dever de todos, como também é um ambiente de aprendizagem, e um espaço de socialização. Carvalho (2008, p.101), evidencia que “[...] tornemos nossas escolas (espaços) verdadeiramente inclusivos e prazerosos para professores e alunos, espaços de formação e de exercício de cidadania”. É missão da escola formar cidadãos independentes e críticos, tendo então a ideia de uma nova transmissão de diferença para a família e para a sociedade.

A educação inclusiva neste sentido se preocupa com as diferenças individuais que se encontram no ambiente educacional, dando a estes alunos oportunidades de aprendizagem e ensino.

Já, na escola inclusiva, para promover a inclusão de todos os alunos no espaço escolar, deve antes de tudo enfrentar os mecanismos excludentes que ocorrem no seu dia a dia. Do mesmo modo, intervir no sistema educacional, diversificando, ampliando suas ofertas, juntamente, aprimorando sua cultura e sua prática pedagógica e principalmente articulando-o com as políticas públicas. Negrini e Freitas (2008b) corroboram com a ideia de que a inclusão poderá dar conta de seus anseios quando se construir um espaço democrático para trabalhar com todos os alunos, como também deve-se reestruturar as práticas pedagógicas, trazendo em vista o respeito às diferenças de cada aluno.

As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (BRASIL,1988).



Assim, a inclusão na educação escolar pode ser alcançada como um bem essencial que deve ser extensivo a todos. Deste modo, a educação na diversidade precisa ser ampliada e aprimorada como oportunidades de aprendizagem por toda a vida. A inclusão escolar não deve depender somente das práticas para o desenvolvimento cognitivo, incluir vai muito mais além do que acompanhar um aluno em seu processo de aprendizagem. É preciso aceitar a diferença no contexto escolar e possibilitar o seu desempenho em diferentes domínios do desenvolvimento (CARVALHO, 2008).

3 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC)

Com o avanço da Tecnologia, é preciso ressaltar que estamos vivendo um momento de revolução da Informação e da Comunicação, fundamentado em uma nova tecnologia e a um novo modo de viver, pensar, agir e interagir, produzindo um novo modelo social globalizado, identificado mundialmente como sociedade da informação (UNESCO, 2014).

Visto que a educação não pode ficar de fora das transformações tecnológicas em que a sociedade vem passando. Privilegiar as necessidades atuais diante dos avanços tecnológicos, fato esses que não pode ser ignorado se o que se pretende é a formação para a cidadania e a preparação para a vida (LAUAND; MENDES, 2008).

Para tanto as (TIC) tem se tornado um elemento imprescindível para a implementação de um sistema educacional inclusivo, pois possibilitam o acesso às informações, acesso aos conteúdos curriculares, bem como, a organização diferenciada das atividades de forma a atender as condições e características do aluno, ou seja, suas especificidades.

De acordo com Carvalho (2008, p. 67):

[...] a informática e as demais tecnologias de informação e comunicação não representam um fim em si mesmas. São procedimentos que poderão melhorar as respostas educativas da escola e contribuir, no âmbito da educação especial, para que alunos cegos, surdos, com retardo mental, com paralisia cerebral, paraplégicos, autistas, multideficientes, superdotados, dentre outros, possam atingir maior qualidade nos seus processos de aprendizagem e de exercício da cidadania.



O uso da TIC no processo educacional de pessoas com deficiências pode ser analisado nos seguintes modelos: a utilização da TIC para favorecer a realização das atividades escolares; o uso do computador como recurso didático; e a aplicação da informática no momento do desenvolvimento de conteúdos curriculares (ALBA, SÁNCHEZ-HÍPOLA, 1996).

Diante disso, é preciso preparar profissionais para dominar o potencial educativo que a tecnologia oferece. Pois, os avanços tecnológicos acabam proporcionando possibilidades de informação e comunicação que vem transformando a maneira de interação de diversos comportamentos e relacionamentos, já que ao mesmo tempo acaba quebrando o paradigma de relacionamento entre os indivíduos (GIRARDI, 2011).

Logo, a inserção das tecnologias no contexto escolar traz desafios aos professores, uma vez que estes acabam por se tornarem os responsáveis pelas implicações que as tecnologias trazem no processo ensino-aprendizagem (LABRUNIE, 2007). Contudo, para além da importância de refletirmos sobre o desafio de preparar os professores para o uso das tecnologias em seu fazer pedagógico, é necessário avaliarmos se a formação contempla as tecnologias por uma ótica crítica, levando os professores a compreenderem que aquilo que o discurso hegemônico proclama, ou seja, as tecnologias como panaceia educativa, bem como, a sua utilização sem princípios críticos e éticos, corresponde exatamente ao que o sistema capitalista almeja (RODRIGUES, 2009).

Diante de tanta tecnologia, é necessário fornecer aos professores momentos e condições para realizarem uma reflexão sobre essa nova prática, ou seja, desenvolver suas competências e habilidades técnicas e proporcionar a eles o entendimento da importância de aliar a teoria com a prática e que possam, deste modo, entender que ambas são complementares, uma não deve se sobrepor a outra (GIRARDI, 2011).

As TIC podem ajudar a democratizar a ciência e a tecnologia requerendo, assim, a garantia nas escolas ao acesso às tecnologias da informação e do conhecimento e a formação continuada dos profissionais em educação, alavancada por uma gestão democrática que



também garanta as transformações necessárias na matriz curricular, que orientam o processo do ensino e aprendizagem nas escolas (AHLERT, 2007).

Assim, as novas tecnologias, seja de comunicação ou informação, estão presentes em nosso dia a dia não apenas como suporte técnico, mas, principalmente como cultura. É observável que as tecnologias ampliam nossa visão de mundo transformam as linguagens e propõem novos modelos éticos e novas formas de apreender a realidade. Deste modo, a escola, seus gestores e professores, devem discutir e compreender seu papel nos processos de ensino e aprendizagem.

4 CURTAS- METRAGENS

Vivemos em um período marcado pelas constantes mudanças e avanços trazidos pela tecnologia para o cotidiano, proporcionando assim facilidade e velocidade no acesso à informação e a comunicação. Com a revolução das tecnologias, a escola tem sido instigada a repensar e mudar o sistema de ensino e aprendizagem, pois o espaço da sala de aula foi invadido pelas tecnologias (VALENTINI; SOARES, 2010).

Dessa forma, as tecnologias também estão causando revolução na relação da escola com o cinema. A tecnologia do curta- metragem proporciona uma nova forma de criar, multiplicando possibilidades, inspirações e pesquisa no processo de criação ao introduzir elementos da história que facilitam a imaginação (OLIVEIRA, 2002).

Segundo definição da maioria dos dicionários, esse tipo de produção é definido como filme curto, cuja duração é geralmente inferior a trinta minutos. No entanto, as características de um curta-metragem vão muito além do seu formato. Outras propriedades relacionadas à sua curta duração conferem-lhe peculiaridades discursivas importantes, como o reduzido número de personagens e diálogos, condensação narrativa que, por sua vez, leva à condensação da linguagem e da ação; tempo da história, na maioria dos casos, linear; verossimilhança com a realidade, grande carga emotiva e sugestiva, além de apresentar desfechos geralmente surpreendentes. E, pela sua natureza cinematográfica, é grande a possibilidade de veicular conteúdos culturais com valores educativos. Por isso mesmo, torna-



se uma fonte inesgotável e valiosa para trabalhar aspectos da interação humana, como cultura e linguagem (ALCÂNTARA, 2014).

Os curtas-metragens podem estar inseridos na categoria “filme cinematográfico”. No entanto, geralmente a realidade sugere outra classificação aos curtas, a de “produção audiovisual”, uma vez que sua difusão e exploração comercial não estão, a princípio, direcionadas para as telas das salas de cinema, embora partilhe das características definidoras de um filme cinematográfico (RIBEIRO, 2013).

Neste sentido, a escola ao permitir a produção de um curtas- metragens, os alunos estarão diretamente voltados à busca do conhecimento pelo diferente, pela produção deste conhecimento e ao criar sua aprendizagem, ele estará formando sua personalidade baseada em realizações próprias, conquistas e seguranças. O uso dos recursos midiáticos, em especial o curtas-metragens, possibilita o despertar da criatividade à medida que, estimula a construção de aprendizados múltiplos, em consonância com a exploração da sensibilidade e das emoções do aluno, além de contextualizar conteúdos variados (SILVA E MOZZAQUATRO, 2012).

Nesse contexto, a realização de curtas -metragens torna-se uma ferramenta pedagógica/tecnológica de grande potencial educativo, principalmente quando se tem a clareza de que os alunos aprendem de forma diferente, pois nasceram em um mundo repleto de estímulos visuais, auditivos, um universo que lhe possibilita tomar conhecimento da maioria dos fatos em tempo real, fato que faz com que a sala de aula, enquanto espaço povoado pelo giz e o quadro, passa a ser desinteressante ou tedioso.

É fato que a ideia do cinema evoluiu ao longo dos anos, o que permitiu que este se tornasse um potente meio de comunicação e expressão. Nesse contexto, o cinema pode ser considerado como uma ferramenta, entendendo que o mesmo possui na educação um papel importante na escola, por meio das mídias eletrônicas, como o curtas- metragens, pois, possibilita à escola propiciar um diálogo mais crítico de forma que os sujeitos compreendam as mensagens e ideologias por elas veiculadas (VIANA; ROSA; OREY, 2014).

O cinema é como um recurso motivador traz para a prática pedagógica aquilo que a escola se nega a ser e que poderia transformá-la em algo vívido e fundamental: participante ativa da cultura e não repetidora e divulgadora de conhecimentos massificados, muitas vezes



já deteriorados, defasados (NAPOLITANO 2009). Da mesma forma, a utilização da linguagem cinematográfica em sala de aula também tem como objetivo a promoção e o respeito pela diversidade das expressões culturais em todas as suas vertentes e manifestações, ao nível nacional e internacional (VIANA; ROSA; OREY, 2014).

Deste modo, os curtas- metragens podem contribuir para o aprendizado do aluno de uma forma global, uma vez que, além da comunicação, ele é capaz de proporcionar entretenimento, notícias, música, troca de informações, captura e armazenamento de imagens, cálculos matemáticos, noção de distância, em fim, uma gama de informações que contribuirão para o desenvolvimento do indivíduo nas mais diversas áreas do conhecimento (OLIVEIRA, 2015).

O cinema pode mostrar-se como parceiro da educação, ao inspirar, sacudir e provocar as práticas pedagógicas esquecidas da magia que significa aprender, quando o “faz de conta” e a imaginação ocupam lugar privilegiado na produção do conhecimento. Nesse contexto, o cinema altera a maneira como percebemos, aprendemos e conhecemos o mundo, em função das mudanças dos hábitos de simbolização, de formalização do conhecimento e na forma de representação (FRESQUEST, 2013).

Ao se produzir filme em curtas- metragens com alunos em sala de aula é possível familiarizar-se com a linguagem cinematográfica e resgatar alguns aspectos contextuais que, de maneira geral, permanecem fora do campo de visão e que, ao que tudo indica, poderão contribuir para uma formação mais plena (FRESQUET, 2013). Percorrer o processo de criação de um filme, desde a escolha do tema, construindo o roteiro, pensando a decupagem, produzindo, filmando, editando, exibindo e discutindo tanto o processo quanto o produto final é uma maneira de dar voz aos alunos, como também mobilizar o olhar (visão) e os demais sentidos. É trazer à discussão as vivências e o cotidiano do aluno (FARIA, 2011).

Além disso, é possível inferir que os curtas-metragens ao ser produzido pelos alunos e usado em sala de aula, pode abordar uma temática específica ou global.

5 DISCUSSÃO



A inclusão educacional de alunos com deficiência na rede regular de ensino, ainda, demanda diversos avanços e o reconhecimento das possibilidades e transformações disponíveis ao setor. O processo de inclusão tangencia os diversos atores envolvidos, sejam discentes, docentes, funcionários e familiares. Para além, reportando-se ao processo de ensino-aprendizagem, destaca-se a necessidade de que esses alunos apresentem condições efetivas de aprendizagem, desenvolvimento de suas potencialidades e formação integral.

O desafio da inclusão escolar é como uma parte integrante do processo e deve oferecer educação de qualidade para todos. Assim, a educação na perspectiva inclusiva provoca uma qualificação no processo educativo, possibilitando o direito de todos os alunos, sejam com deficiência ou não, de exercerem e de usufruírem de uma educação satisfatória (SILVA, 2014).

As escolas inclusivas podem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos seja por ritmos diferentes de aprendizagem, por diferentes metodologias ou modificações organizacionais. Estratégias de ensino que façam uso dos recursos das TIC mostram-se ao encontro da busca de uma educação de qualidade, inclusiva e efetiva aos envolvidos.

A promoção de atividades que superem os modelos tradicionais, extrapole os significados e ensejem a emancipação dos alunos pode elucidar-se como facilitadores da inclusão no cenário educativo. Explorar propostas de melhorias ao processo de inclusão por meio da produção de curtas -metragens permite considerar diferentes mecanismos que vai desde à produção e elaboração dos roteiros e atuação.

Nesse contexto, pode-se perfilhar a educação inclusiva enquanto acolhimento, espaço oportuno para satisfazer as diversas necessidades. Assim, aproximar a produção de um curta-metragem da vivência escolar dos alunos com deficiência resulta em implicação próspera ao cenário de inclusão.

Desse modo, o curtas- metragens pode ser visto como o momento de encontro com outro, que gera questionamentos sobre o conhecido, instituindo novas formas de se perceber a realidade trazendo, assim, novos caminhos para se viver experiências antes desconhecidas.



A atividade de fazer curtas-metragens acende uma transformação dos hábitos escolares consagrados, alentada, neste caso, pela presença em sala de aula de uma pessoa alheia, “estrangeira” ao sistema educativo. Assim, o autor afirma que durante o processo de elaboração de um curta-metragem, todos (alunos, docente, e também o conhecedor em cinema) se encontram em situação de aprendizagem. (FREQUEST,2008). O tradicional processo de aprendizagem entre professor e aluno permanece modificado no momento da prática, ou seja, uma aprendizagem na qual não há nem discurso nem liderança, mas sim uma prática em que professor e alunos se situam em um mesmo lugar e em uma mesma perspectiva: a escolha de um ambiente, a observação da luz, a realização de um objetivo. Deste modo, a aproximação ao cinema indica que não se considera a aquisição de conhecimentos como um saber que vem do exterior (do formador para o formado), mas como um processo partilhado, baseado nas descobertas, nos desejos, na imaginação de cada uma das pessoas que formam o grupo.

A pré-produção de um curtas-metragens faz com que os profissionais envolvidos trabalhem, primeiramente, para tornar-se uma ideia em algo concreto, ou seja, desenvolvem criativamente o roteiro e o design de produção, levantam os recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais necessários. Já, a produção é a etapa principal do processo, em que são feitas as captações de imagem e som, envolvendo uma maior quantidade de profissionais. Neste momento, põem-se em prático tudo o que foi planejado.

Assim permitir que os alunos com deficiência participem da elaboração de curtas-metragens ajuda no desenvolverem competências e habilidades relacionadas com a articulação de uma produção audiovisual, tendo em vista que a elaboração envolve planejamento, definições, escolhas, responsabilidade, trabalho em equipe, desinibição e comprometimento.

Considera-se que a produção de um vídeo no contexto escolar pode trazer alguns benefícios, como possibilidade dos alunos aprenderem a trabalhar em grupo, desenvolverem o sentido estético e a se expressarem por meio de uma linguagem que incorpora sons e imagens. Diante disso, acredita-se que a escola ao mediar a produção de um curta-metragem estará permitindo aos alunos estimular a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo



inusitado, e a afetividade, bem como, facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, acolher e conviver com a diversidade.

Acredita-se que ao produzir-se um curta na escola os alunos sintam-se desafiados a 'aprenderem com mais facilidade', pois possibilita-se que se apropriem de recursos cognitivos e tecnológicos no processo de criação e execução. Assim como, interação com imagens, sons, e produções de textos de diversos gêneros (LINDENMEYER et al, 2016). Sobre essas ações, a tecnologia pode ser uma aliada e a produção de curta-metragem uma ferramenta da prática pedagógica, que contribui para a aprendizagem, a autoria e favorece também a inclusão.

Acredita-se que associar recursos audiovisuais aos processos de ensino-aprendizagem permite ao indivíduo produzir conhecimento, desenvolver a concepção de mundo e sua consciência, que transforma a natureza e constrói sua história. Por isso, torna-se necessário ter a ação como princípio educativo, revendo as necessidades desse processo por meio de novos projetos e reorganizando a produção e a vida social no contexto escolar, o qual poderá repercutir também fora da escola.

Pessoas com deficiência se reconheçam em personagens protagonistas, sem atitudes vitimistas, inclusive na ficção, reforça referências positivas e contribui para a desmistificação e para o término de alguns preconceitos ainda existentes. (CAMPOS,2013).

Ainda em relação aos curtas-metragens, esses podem dar novas alternativas ao ensino. Em parceria com os alunos, vislumbra-se possibilidades que impulsionam as atividades com força jovem e determinação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a produção de curtas-metragens além de contribuir no processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas pode ser visto como um momento de encontro, que acaba gerando questionamentos sobre o conhecido, institui novas formas de se perceber a realidade trazendo novos caminhos para ser viver experiências, ou seja, o cinema acaba despertando sentimentos nobres de amizade, de apego e de amor que proporcionam



novas emoções e relações, capazes de transformar o ser humano, trazendo sensações e impressões ao espectador.

Nesse sentido, pode-se compreender o cinema, em especial a produção de curtas-metragens como uma ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem, e que as escolas possam utilizar como parte dos recursos didáticos da sala de aula. No entanto, cabe salientar que o professor desempenha papel fundamental nesta inserção do cinema na escola, visto que ele é o intermediador e facilitador deste processo.

Contudo, é necessário destacar que toda essa importância e possíveis resultados positivos do uso de curtas-metragens no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, bem como para inclusão escolar somente acontecerá se houver professores capacitados e que tenham essa percepção sobre o assunto. Desta forma, o professor é o artista na escola que pode ajudar os alunos a se tornarem espectadores criativos do cinema e também realizadores.

Acredita-se que ao produzir-se um curta na escola os alunos sintam-se desafiados a 'aprenderem com mais facilidade', pois possibilita-se que se apropriem de recursos cognitivos e tecnológicos no processo de criação e execução.

Neste sentido, é importante que os curtas-metragens sejam percebidos como uma ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem e que as escolas ofereçam a seus professores formação continuada destas tecnologias para que se possam utilizar as mesmas como parte dos recursos didáticos da sala de aula.

Por fim, o uso de TIC ao processo de inclusão mostra-se como favorável ferramenta. No entanto, a expansão de outros estudos e pesquisas a esse contexto torna-se necessária à proporção que se reconhece seus atributos favoráveis e de qualificação ao processo.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvor. Políticas Educacionais para uma democratização do acesso à ciência e a tecnologia. **Revista Athenea Digital**, Barcelona, n.12, p. 25-37, out 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2469469.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.



ALBA, Carmem. SÁNCHEZ-HÍPOLA, Maria de Pilar. La utilización de los recursos tecnológicos em los contextos educativos como respuesta a la diversidad. In: GALLEGO, Domingo José; ALONSO, Catalina.; CANTÓN, Ysabel Maya. (Org.) **Integración curricular de los recursos tecnológicos**. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.p.351-376.

ALCÂNTARA, Jean Carlos Dourado de. **Curta-metragem: gênero discursivo propiciador de práticas multiletradas**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação**. 1998. Disponível em: <<http://ead.uces.br>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Brasília, 2015.

CAMPOS, Vinicius. **Agentes Especiais e o mistério na fábrica de celulares**. São Paulo: Sesi-SP, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Rosita Elder. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FARIA, Nelson Vieira da Fonseca. **A linguagem cinematográfica na escola: o processo de produção de filmes na sala de aula como prática pedagógica**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011. 91p.

FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Fazer cinema na escola: pesquisa sobre as experiências de Alain Bergala e Núria Aidelman Feldman**. 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt16-4996-int.pdf>>. Acesso em: 20 abril. 2017.



GIRARDI, Solange Camelo. **A formação de professores acerca de novas tecnologias na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Brasília, 2011.

LABRUNIE, Maria Graças Lino. **TICs na Escola: Uma tipologia sobre as práticas**. 2010. Disponível em: <www.labeduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/e7marlab.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

LAUAND, Gisele B do Amaral, MENDES, Enicléia Gonçalves. Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais. In: MENDES, Enicléia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini (Org). **Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira& Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008. p. 125-133.

LINDENMEYER, Simone, Eu que fiz: A produção de curtas-metragens como estratégia tecnológica de autoria, aprendizagem e inclusão. **Revista TEKNOS**, Rio Grande do Sul, v 16, n.2. pag. 47 - 58. Maio de 2016.

MENDONÇA, Luciana Ferreira Furtado. **O que Pensam os Docentes sobre o uso das tecnologias da Informação e Comunicação nas práticas de ensino**. 2010. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/352010004454.pdf>> Acesso em: 09 out. 2016.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

NEGRINI, Tatiane; FREITAS, Soraia Napoleão. A identificação e a inclusão de alunos com características de altas habilidades/superdotação: discussões pertinentes. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.32, p. 273-284, dez.2008 a. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 18 ago.2016.

_____. Alunos com altas habilidades/superdotação e seu atendimento em uma escola pública: uma discussão sobre a inclusão e a gestão educacional. **Revista Contra Pontos**, Itajaí, n.3, p. 433-448, dez. 2008b. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/964/821>>. Acesso em: 18 out. 2016.

OLIVEIRA, Silvio Luis. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Rita de Cassia de Senna Perreira. Tecnologias Assistivas e Deficiência: algumas considerações. **Revista Educação, Tempo, Digitalização**. v.13, n.1, p.119-133, jul/dez .2011.

RAMOS, Patrícia Edi. **O Professor Frente as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação**. 2014. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/O-professor-frente-%C3%A0s-novas-tecnologias-de-informa%C3%A7%C3%A3o-e-comunica%C3%A7%C3%A3o.aspx>> Acesso em: 10 out.2016



RIBEIRO, Carla Gil. **O curta-metragem como recurso didático para aula de E/LE.** Dissertação (Mestrado em Linguagem), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

RODRIGUES, Nara Caetano. Tecnologias de informação e comunicação na educação: um desafio na prática docente. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.6, n.1 (1-22), jan.-jun. 2009.

SANTANA, Wagner. **O Uso da Tecnologia na Educação Inclusiva.** 2010. Disponível em: <<http://pedagogiafal.blogspot.com.br/2010/06/possibilidades-de-utilizacao-da.html>> Acesso em: 13 out.2016

SANTOS, Sostenes Vieira. Educação Inclusiva: considerações acerca do uso das tecnologias contemporâneas. **Revista Espaço Acadêmico**. Paraná.n.109, p.51-57, julho.2010.

SENA, Dianne Cristina Souza. As Tecnologias da Informação e da Comunicação no ensino da Educação Física Escolar. **Revista Digital Hipertextus**. n.6, p.1-12, agosto 2011.

SILVA, Luciene Nobre. **Educação Inclusiva: o desafio da inclusão nas séries iniciais na Escola Estadual Leônico Barreto.** 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_7datahora_29_09_2014_06_53_34_idinscrito_176_19eda4e1d1c11dc7f81cd61c2db459f6.pdf> Acesso em: 07 dez. 2016.

SILVA, Noe Perrondo Da; MOZZAQUATRO.Patricia Mariotto. **Resignificando a prática pedagógica: o curta como instrumento de aprendizagem interdisciplinar.** Monografia (Especialização em Mídia em Educação).Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

UNESCO. Relatório Global UNESCO: abrindo novos caminhos para o empoderamento: **TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência** /UNESCO: [tradução DB Comunicação]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

VALENTINI, Carla Beatriz, SOARES, Eliane Maria do Sacramento. **Aprendizagem em ambientes virtuais [recurso eletrônico]: compartilhando ideias e construindo cenários.** Caxias do Sul: Educs, 2010.

VIANA, Marger da Conceição Ventura; ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. O cinema como uma ferramenta pedagógica na sala de aula: um resgate à diversidade cultural. **Ensino Em Revista**, v.21, n.1, p.137-144, jan./jun. 2014.

ZANATTA, Camila; TREVISIO; Vanessa Cristina. Inclusão escolar: possibilidades e desafios. **Revista Cadernos da Educação: Ensino e Sociedade**. n.3, p.15-30, 2016.



Recebido em 28 de julho de 2017
Aprovado em 27 de janeiro de 2018